



Resolução nº 20/2021 – IRATI – Pró-Reitoria Acadêmica

“Aprova o Relatório quantitativo e qualitativo do número de vagas do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real – Campus Irati”.

O Centro Universitário Campo Real, mantido pela UB Campo Real Educacional S/A, por intermédio da Pró-Reitoria Acadêmica, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

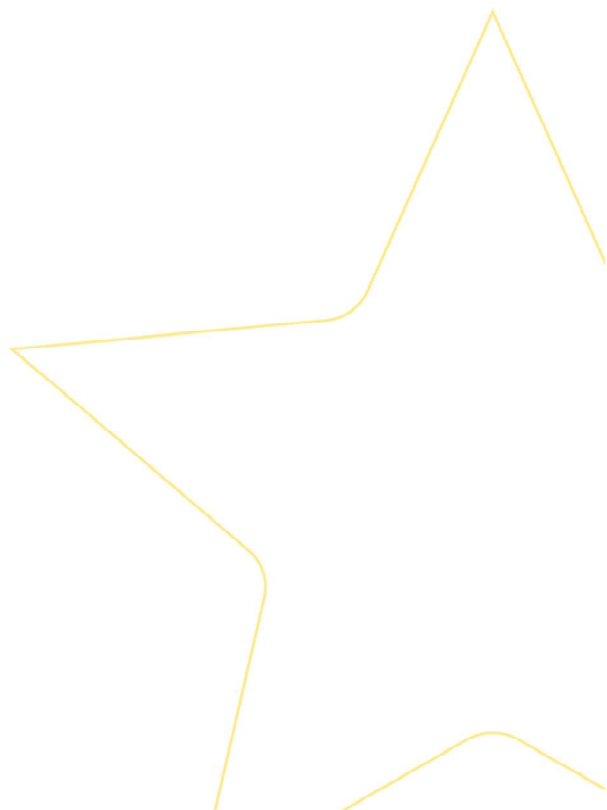
Art. 1º Aprovar o relatório quantitativo e qualitativo do número de vagas do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Campus Irati.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Irati, 16 de dezembro de 2021.



Profª Patricia M. Melhem Rosas
Pró-Reitora Acadêmica



Estudo Qualitativo e Quantitativo do Número de Vagas



1 INTRODUÇÃO

O Campus de Irati, está localizado na Avenida Arlete Vilela Richa nº 300, no bairro Riozinho na cidade de Irati, na região Sudeste do Paraná. A instituição se baseou em estudos promovidos com a comunidade, empresas e representantes da sociedade civil organizada para buscar a oferta de cursos que promovam o desenvolvimento sustentável da cidade de Irati e região, buscando a melhoria da qualidade de vida, proporcionando formação profissional aos seus cidadãos e manutenção desses profissionais na região.

Irati está localizada a cerca de 150 kms da capital do Estado do Paraná, na região Centro-Sul, distante 105 kms da cidade de Guarapuava, onde está a sede do Centro Universitário Campo Real. A população, que atualmente se estima de 61.439 habitantes é composta de diferentes etnias, principalmente poloneses e ucranianos. A cidade é tradicionalista e busca manter os costumes e tradições dos ascendentes poloneses e ucranianos. Passam pelo município a BR-277, que corta todo o estado de leste a oeste (do Porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu) e a BR-153, que corta o país de norte a sul.

No Ensino Superior, Irati conta hoje com um Campus da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e um Instituto Federal que ofertam ensino presencial. Não há nenhuma Faculdade privada que ofereça cursos de graduação presencial ou tecnológicos. Há ainda polos educacionais de instituições que ofertam ensino à distância. A demanda por vagas no ensino superior presencial, desta forma, tem se mantido ao longo do tempo e a tendência é de aumento da procura tendo em vista o significativo número de jovens que vêm concluindo o ensino médio e que sonham em ingressar no ensino superior em busca de formação profissional.

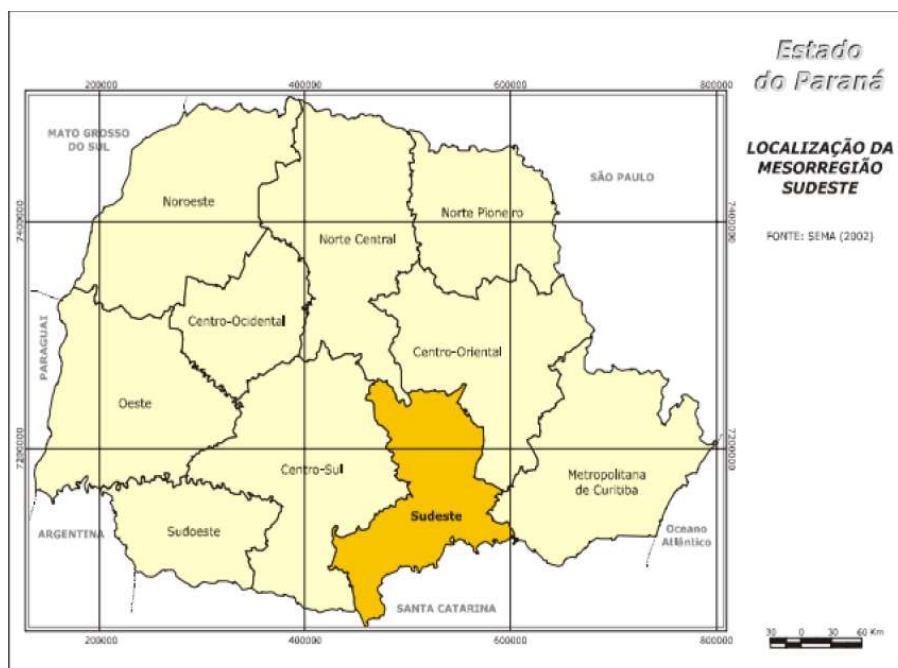
O Centro Universitário Campo Real tem como principais mecanismos de inserção regional o ensino de graduação, pós-graduação, iniciação científica, extensão e a prestação de serviços à sociedade, constantemente alinhados às demandas regionais e preocupados com o desenvolvimento local. A consolidação dos programas de graduação e pós-graduação por meio de investimentos na infraestrutura, em pessoas e recursos financeiros, bem como, na ampliação do programa financiamento institucional da graduação tem contribuído de maneira efetiva para fortalecer continuamente as ações institucionais.

A CIDADE DE IRATI E A MESORREGIÃO SUDESTE PARANAENSE

Oficialmente a cidade se localiza na região sudeste do Estado do Paraná, conforme estabelecido pelos dados do IBGE, faz divisa com os seguintes municípios, ao norte, Imbituva e Prudentópolis, ao Sul, Rio Azul e Rebouças, ao leste, com Fernandes Pinheiro e oeste, com Inácio Martins. Com altitude média de 825 metros e uma área de 999,52 km², está distante 150 km da capital do Estado do Paraná – Curitiba, segundo IPARDES 2021.

A mesorregião Sudeste Paranaense está localizada no Segundo Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.700.649,1 hectares, que corresponde a cerca de 8,51% do território estadual. Faz fronteira a oeste com a mesorregião Centro-Sul, ao norte com a Centro-Oriental, a leste com a Metropolitana de Curitiba, e ao sul com o Estado de Santa Catarina. Possui como principais limites geográficos a Serra da Esperança, a oeste, e ao sul o rio Iguaçu. É constituída por 21 municípios, dos quais se destacam Irati e União da Vitória em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização.

Mesorregião Sudeste



FONTE: SEMA (2002).

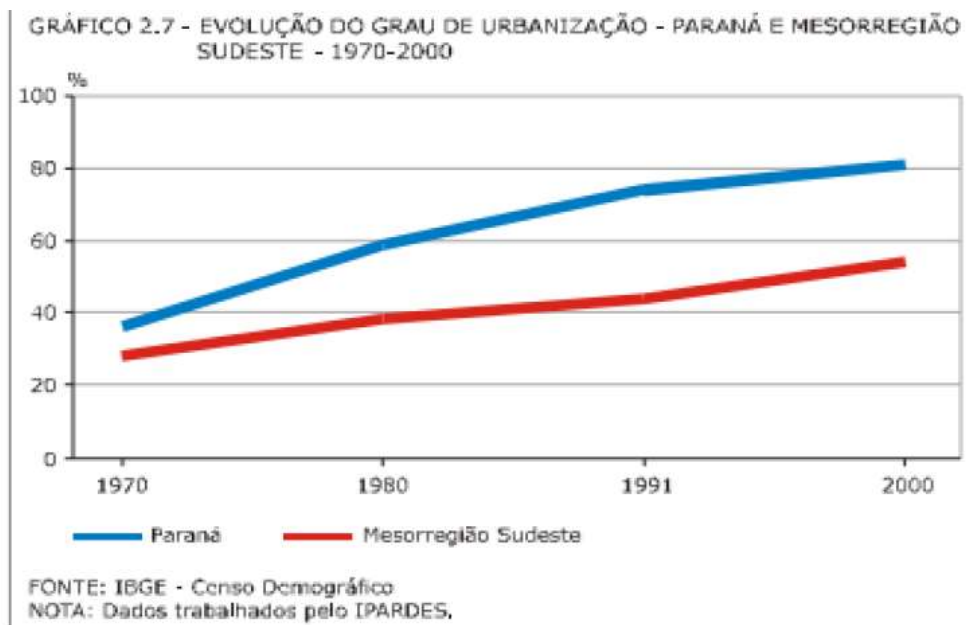
A mesorregião Sudeste Paranaense integra uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. A região teve a organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas

tradicionais, de cunhos extensivo e extrativo, e parte importante do seu povoamento inicial decorreu de incursões militares, de tráfego de tropeiros e de estratégias governamentais de dinamização da navegação no vale médio do Iguaçu, direcionando para a região a instalação de colônias de imigrantes estrangeiros (principalmente poloneses, ucranianos, alemães e russos).

Permanecendo sempre escassamente povoada e apresentando bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo, a região teve um tardio processo de integração a outras áreas mais empreendedoras do Estado em razão da quase total ausência de vias de comunicação que estimulassem a circulação de mercadorias e fomentassem a produção. Nesse contexto de baixo adensamento populacional, a mesorregião Sudeste Paranaense alcançou o início da década de 1970 abrigando cerca de 268 mil habitantes, constituindo a região menos populosa do Estado.

Em termos urbanos, também se destacava como a de menor dimensão, apresentando a maior parte da população residindo no meio rural (72%). Dadas as características estruturais da base produtiva regional, essencialmente agrícola, de cunho tradicional, com o predomínio de pequenas propriedades voltadas à produção alimentar de baixo dinamismo, a inserção do Sudeste no processo de modernização da agropecuária paranaense dos anos 70 foi mais lenta. Nas décadas seguintes a dinâmica de crescimento populacional das áreas urbanas e rurais não sofreu alterações de monta, registrando taxas com pequenas oscilações de tendências.

A mesorregião Sudeste, a de menor grau de urbanização do Paraná, desenvolveu uma trajetória de urbanização num ritmo pouco menos intenso que o do próprio Estado, partindo de uma base inferior e atingindo um patamar também inferior ao paranaense. Enquanto o Paraná, em 1970, já possuía mais de 36% de sua população vivendo em áreas consideradas urbanas, e em 2000 mais de 80%, o Sudeste iniciou o período com um grau de urbanização de 28%, atingindo 53,6% em 2000. Nesses 30 anos de transição, os acréscimos populacionais às porções urbanas dos municípios da mesorregião, assim como do Estado, colocaram em xeque as estruturas e os modelos vigentes de gestão das cidades, particularmente considerando o contingenciamento de recursos para inversões em infraestrutura e serviços urbanos verificados no período, acentuados em anos mais recentes, podendo ser visualizado no gráfico a seguir:



A região, de modo geral, diferencia-se do padrão médio do Estado: enquanto, em 2000, no Paraná 29,1% dos municípios possuíam menos de 50% da população residindo nas áreas urbanas, a mesorregião Sudeste conservava a proporção elevada de 66,7. Com uma economia pouco sustentada por atividades competitivas, que não se traduz como grande geradora de postos de trabalho nem como multiplicadora de oportunidades, a região mantém contínua migração seletiva para outras regiões, principalmente a Metropolitana de Curitiba, dada sua proximidade. Isso faz com que integre apenas especialidades de fraca concentração. A leitura dos dados da mesorregião sudeste sugere a necessidade de investimentos por meio da educação superior.

De acordo com o último censo IBGE (2010), assim como a sede do Centro Universitário Campo Real, na cidade de Guarapuava, Irati também é um polo regional de desenvolvimento com forte influência sobre os municípios vizinhos. A cidade faz parte também de um entroncamento rodoferroviário de importância nacional, denominado corredor do Mercosul, entre os municípios de Foz do Iguaçu e Curitiba.

Atualmente, estima-se que sua população seja de 61.439 habitantes – 31º município mais habitado do Estado do Paraná e primeiro na região geográfica imediata, sendo 45.459 (69,1%) na área urbana e 18.980 (30,9%) na área rural, segundo estimativa do IBGE cidades 2021. A pirâmide etária, segundo o último censo do IBGE em 2010, mostra que Irati possui uma população em sua maioria adultos entre 15 e 59 anos, em 2017, o salário médio mensal da população econômica ativa era de 2.2 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.6%.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 32.6% da população nessas condições. (IBGE, 2020).

População	61.439 habitantes
População urbana	45.459 habitantes (69,1 %)
População rural	18.980 habitantes (30,9 %)
TAC (taxa anual de crescimento)	0.71%
PIB (2013)	R\$ 1,86 bilhões*
PIB per capita (2013)	R\$ 30.279,24*
Número de empresas	1.425

*Dados de 2021 atualizados pelo IBGE.

Atualmente a iniciativa privada do município caracteriza-se por empresas do setor terciário. Sua população é eminentemente urbana (em torno de 79%) e a economia do município é composta por 57,89% de Comércio e Serviços, 26,18% da Indústria e 15,93% da agropecuária. Quanto ao ramo de atividades, a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura tem a maior representatividade da população ocupada, 6.908, seguido de comércio com 5.480 e Indústrias de Transformação com 2.965. Ademais, identificou-se 28.287 postos de trabalho no total.

O município de Irati tem como a principal atividade econômica o comércio em geral e a prestação de serviços, logo após vem a agropecuária, sendo dividida em bovinos, equinos, galináceos, ovinos, suínos, seguido da agricultura, com o cultivo de soja, tabaco e feijão. (IPARDES, 2020). O Produto Interno Produto (PIB) que representa a soma do que foi produzido em um município durante determinado período de tempo, possuem valores que demonstram a capacidade competitiva das economias municipais, bem como sua a composição setorial, o PIB per capita de Irati é de R\$ 29.692,43 (Vinte e nove mil seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos). (IBGE, 2020).

A cidade está numa região que é constituída por 13 municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo e Teixeira Soares. Esse conjunto de municípios reúne aproximadamente 280.000 pessoas em 9 municípios vizinhos. Considerando apenas os municípios confrontantes à Irati/PR, temos Imbituva/PR, Teixeira Soares/PR, Fernandes Pinheiro/PR, Rebouças/PR, Rio Azul/PR, Prudentópolis/PR, os quais, conforme é visto na tabela abaixo, contemplam aproximadamente 200 mil habitantes.

Municípios da Região e População

Município	Habitantes
Irati	61.439
Imbituva	33.306
Teixeira Soares	12.761
Fernandes Pinheiro	5.561
Rebouças	14.991
Rio Azul	15.433
Prudentópolis	52.776
TOTAL	196.267

De acordo com o IPARDES 2020, há aproximadamente 7.400 alunos matriculados no Ensino Médio, e 18.000 alunos no ensino fundamental, sendo que, 1.600 pessoas do município estão matriculadas no ensino superior presencial, e 1500, no ensino superior à distância. Diante de tais considerações, visualiza-se que a cidade possui atratividade e necessidade de formação de profissionais locais que possam contribuir com o desenvolvimento regional, sendo que, as Instituições de Ensino ali situadas não atendem totalmente a demanda dos interesses socioeconômicos da região

Ademais, a Campo Real realiza diversos convênios com empresas e instituições públicas e privadas para fomentar estágios, extensão e projetos de iniciação científica. Na vigência do PDI, essas iniciativas deverão ser estendidas para o maior número possível de instituições e organizações, reforçando sua inserção regional, nacional e internacional por meio de parâmetros e projetos estratégicos. A Extensão Universitária é também elemento primordial no processo de inserção regional da Campo Real. A Extensão socializa e desenvolve a produção de conhecimentos, buscando a interação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região.

Entendendo como inserção todas as atividades resultantes dos esforços da Instituição em benefício da sociedade, convém lembrar que a melhor forma de se verificar a ocorrência desta inserção é através dos resultados atingidos. Ao longo de décadas a cidade de Guarapuava se caracterizou pela exportação de estudantes universitários, e conseqüentemente de mão-de-obra qualificada, para grandes centros. Este fluxo migratório defasava a competitividade do município na atração de novas empresas.

Com a implantação do Centro Universitário Campo Real Campus Irati e o desenvolvimento constante das instituições de Ensino Superior, nos últimos 21 anos, a região mudou de status perante o cenário Estadual, passando a ser importadora de acadêmicos e produtora de mão-de-obra especializada. As Instituições de Ensino Superior proveem à região potencial para atração de investimentos, pois empresas procuram se instalar em cidades que forneçam mão-de-obra especializada para suas atividades, uma vez que não querem arcar com o custo de “importar” um profissional, fato que implica em salários fora da realidade do mercado, adaptação cultural para toda família, emprego para o cônjuge, escola para os filhos, sem contar que mesmo após todo este trabalho o profissional pode desistir e voltar para sua terra natal.

DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO

A construção do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) tem particular importância ao expor as desigualdades de forma abrangente e comparativa, permitindo que diferenças nos indicadores possam se tornar instigadoras da gestão pública. Irati tem apresentado como Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 0,726 – classificado como alto, com o IDHM – longevidade de 0,835 – classificado como muito alto, sendo a expectativa de vida ao nascer de 75,11 anos. Na Educação o IDHM tem se apresentado com 0,640, sendo classificada no Estado com a 94ª posição, e no país 1133ª posição.

A população da região está bem dividida ao longo das faixas etárias, com o maior número de habitantes na faixa dos 10 aos 19 anos, tanto para homens como para mulheres. Esta distribuição tem pequenas reduções até as faixas de 45 a 49 onde inicia uma redução mais significativa na população das faixas etárias mais elevadas.

Nenhum dos municípios da mesorregião Sudeste apresenta o IDH-M 2000 em posição acima da média do Estado (0,787). É importante destacar que a variação do índice entre 1991 e 2000 foi bastante positiva para o conjunto dos municípios, acompanhando a melhora generalizada do Estado, sem contudo representar mudanças mais favoráveis, uma vez que, em sua maioria, os municípios continuam ocupando as posições mais baixas do ranking estadual. Irati (0,726) é o município que se encontra mais próximo da média do Paraná, confirmando que sua condição mais urbanizada e de polo regional assegura oferta, ainda que não suficiente, de empregos e serviços. Rio do Sul e Imbituva, outros dois centros de maior concentração urbana, registram indicadores mais abaixo, ainda que

situados no conjunto de municípios que registra IDH-M inferior não só à média do Paraná, como à do Brasil (0,766). Nesse grande conjunto distinguem-se com indicadores bastante desfavoráveis como Fernandes Pinheiro e Inácio Martins.

Sabe-se que a distância entre o patamar máximo e mínimo, o traço marcante dessa mesorregião é a generalizada concentração de municípios em posições muito baixas, inclusive quando se observam os indicadores componentes do IDH-M.

Particularizando os componentes do IDH-M – esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos, taxa de frequência escolar (pessoas de 7 a 22 anos de idade) e renda per capita –, observa-se que, no âmbito do Estado, o melhor desempenho está associado à realização das políticas públicas, especialmente na área de educação. Vale notar que, entre 1991 e 2000, os ganhos no IDH-M tiveram forte influência desse componente, que apresentou um desempenho comparativamente bem superior aos demais.

No Sudeste o ritmo de realização dessas políticas não foi suficiente para alterar o quadro educacional nos municípios e distingui-los, aproximando os indicadores da média estadual.

É eminente ressaltar que em quatro municípios cerca de 20% da população de 15 anos e mais ainda permanece na condição de não alfabetizada.

Em relação à esperança de vida, para a qual a política de saúde tem um importante papel, ao lado de outras que asseguram a qualidade de vida, verifica-se igual dificuldade para a consolidação favorável do componente do IDH-M. Apenas três municípios encontram-se em posição acima da média do Estado, revelando que os ganhos desse indicador contribuem pouco para avanços no IDH-M.

A renda *per capita* é o componente que expressa a maior dificuldade dos municípios no sentido de criar maior condição de bem-estar para a população, através da geração de emprego e renda. Vale destacar que em nenhum dos municípios dessa mesorregião registra-se a realização da renda num patamar superior à média estadual. Este é o componente que participa com menor efeito positivo sobre o IDH-M nos anos 90.

De modo geral, nos municípios o comportamento dos componentes do IDH-M se dá num mesmo sentido, revelando uma tendência de homogeneização favorável ou desfavorável das situações de educação, saúde e renda. Os quatro municípios da mesorregião que se encontram no patamar mais baixo do IDH-M mantêm todos os seus

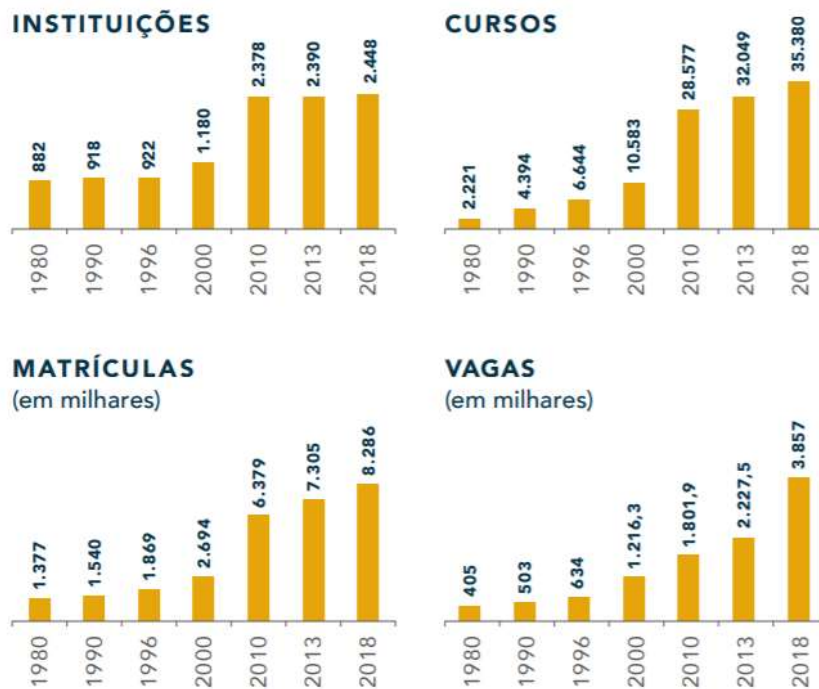
componentes nesse mesmo patamar e com grande distância em relação aos dos demais municípios.

Outra forma de evidenciar, de modo mais direto, o grau de desigualdade, está na mensuração de famílias pobres a partir da taxa de pobreza. Comparativamente ao Estado e às demais mesorregiões, a Sudeste apresenta este indicador em patamar mais desfavorável – mais de um terço da sua população pode ser considerada pobre.

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Há anos o Brasil tem passado pelo movimento de expansão do Ensino Superior e isso se demonstra pelo crescimento do número de Instituições de Ensino Superior, de cursos oferecidos e, conseqüentemente, de matrículas efetuadas. Ao analisar os dados relativos à expansão da oferta de cursos e vagas nas graduações jurídicas, pode-se perceber que eles acompanham o movimento de ampliação de acesso ao Ensino Superior como um todo.

Dados da PNAD indicam que, em 1995, apenas 7,2% dos jovens entre 18 e 24 anos tinham acesso ao Ensino Superior no país. Esse cenário não era causado por um fator único – por exemplo, a falta de qualificação formal para ingresso desse contingente no Ensino Superior, consequência da baixa progressão de estudos durante os ensinos fundamental e médio –, mas certamente era acentuado pelo gargalo na oferta de vagas no sistema, pois este não tinha condições de atender à demanda. Além disso, intensificaram esse descompasso as exigências do mercado de trabalho, que têm se modificado de forma cada vez mais acelerada nas últimas décadas.



Em 2018, já há dados que indicam o sucesso das medidas de expansão do ensino superior no país. Cerca de 44,2% do contingente-referência indicado anteriormente estavam matriculados no Ensino Superior. O Censo do Ensino Superior traz à luz dados sobre esse cenário:

- entre 1996 e 2018, o número de IES no país passou de 922 para 2.448;
- a oferta de cursos de graduação cresceu, nesse mesmo período, de 6,6 mil para 35,3 mil.
- Em 2018, os cursos de graduação já contavam com cerca de 8,28 milhões de alunos, enquanto, em 1995, esse número era de 1,87 milhão.

Esses dados indicam claramente que houve uma grande expansão do ensino superior no Brasil. E isso vem sendo impulsionado mais ainda pela interiorização dos cursos e das vagas das IES, principalmente levando em conta a realidade de muitos estudantes que precisam conciliar estudo e trabalho. É extremamente importante a elevação da escolaridade nacional e a obtenção do título de ensino superior para a superação da pobreza e melhoria dos indicadores sociais. No período considerado, a melhoria dos indicadores sociais e a ampliação do acesso à educação superior foram fatores que se retroalimentaram continuamente. Segundo dados do Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),¹¹ entre 1980 e 2015, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil elevou-se de 0,545 para 0,754. A redução das desigualdades sociais e econômicas impulsionou a demanda e o

fluxo de acesso ao Ensino Superior e é fator determinante para a melhoria de vida, aumento da expectativa de vida e aumento da renda per capita:



PANORAMA DE ATUAÇÃO JURÍDICA.

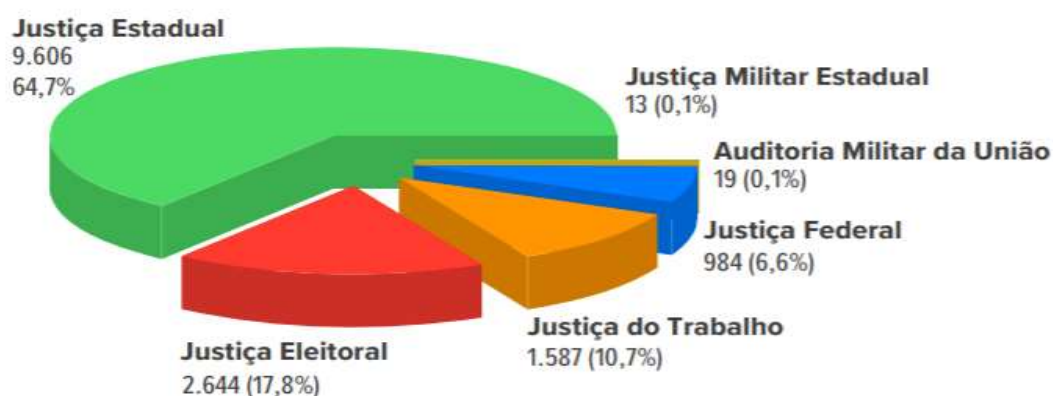
É sabido que a formação em Direito não se destina apenas para a profissão da advocacia, embora, muitas pessoas se equivoquem com tal pensamento (por vezes, inclusive, a própria OAB). O âmbito de atuação do bacharel em Direito se estende para muito além do exercício da advocacia. Vemos carreiras jurídicas no âmbito público e no âmbito privado. Assim, embora se mencione o grande número de profissionais do Direito que são formados por ano, há que se verificar que, no âmbito jurídico, há diversas carreiras que podem ser escolhidas pelos bacharéis, e, no âmbito não exclusivamente jurídico, outras tantas.

Desta forma, a conclusão do curso de graduação em Direito não se destina apenas ao aumento do número de advogados atuantes, mas sim, para suprimimento das demandas jurídicas existentes no mercado de trabalho, no âmbito público e no âmbito privado. Para tanto, far-se-á uma breve análise deste nicho de atuação, iniciando-se pelo âmbito público do poder judiciário.

O Poder Judiciário brasileiro é composto por cinco segmentos de justiça, quais sejam: Justiça Estadual, Justiça Federal, que integram a Justiça Comum, e a Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar, que integram a Justiça Especial. Além disso,

há os tribunais superiores, denominados STF, STJ, STM, TSE e TST. Em todas esses segmentos são inseridos profissionais do Direito, graduandos e graduados, que necessitam da formação jurídica. Parte deles através da realização de concurso e parte deles através de cargos de confiança (há que se destacar ainda a legislação atual que ampliou a possibilidade de nomeação de contratados para o poder judiciário, dispensando a necessidade de concurso público). Em âmbito Nacional, temos a divisão de unidades judiciárias informada pelo CNJ, por ramo de justiça, a seguir¹

Figura 9 - Unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça

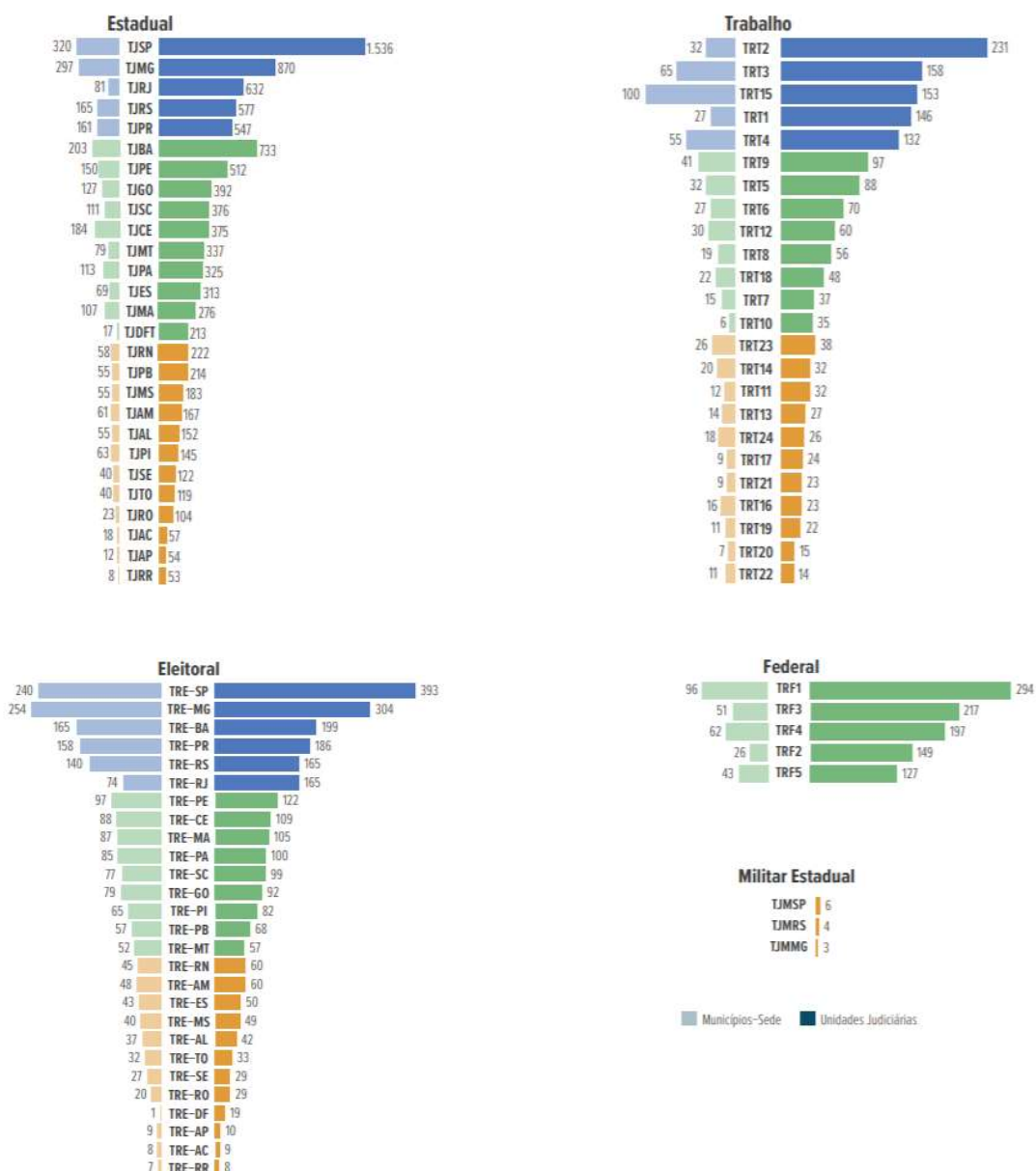


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.



¹ <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-justica-em-numeros2021-221121.pdf>

Figura 11 - Número de municípios-sede e unidades judiciárias por tribunal



Em 2020, o Poder Judiciário contava com um total de 433.575 pessoas em sua força de trabalho, sendo 17.988 magistrados(as) (4,1%), 267.613 servidores(as) (61,7%), 71.295 terceirizados(as) (16,4%), 57.579 estagiários(as) (13,3%) e 19.100 conciliadores(as), juízes(as) leigos(as) e voluntários(as) (4,41%). Do total de magistrados(as), 76 (0,4%) estão nos Tribunais Superiores, 2.454 (13,6%) estão no segundo grau e 15.458 (85,9%) estão no primeiro grau. Entre os(as) servidores(as), 79% estão lotados na área-fim judiciária (considerando-se como tal todos os cargos que atuam na área finalística, como arquivista, contador, oficial de justiça, entre outros) e 21% atuam na área administrativa.

Ao final de 2020, o Poder Judiciário possuía um total de 267.613 servidores(as), sendo 224.001 do quadro efetivo (83,7%), 22.918 requisitados(as) e cedidos(as) de outros órgãos (8,6%) e 19.767 comissionados(as) sem vínculo efetivo (7,4%). Do total de servidores(as), 211.501 (79%) estavam lotados na área judiciária e 56.112 (21%) na área administrativa. O Poder Judiciário conta, ainda, com o apoio de 147.974 trabalhadores(as) auxiliares, especialmente na forma de terceirizados(as) (48,2%) e estagiários(as) (38,9%). O diagrama a seguir representa a força de trabalho total do Poder Judiciário brasileiro em 2020.

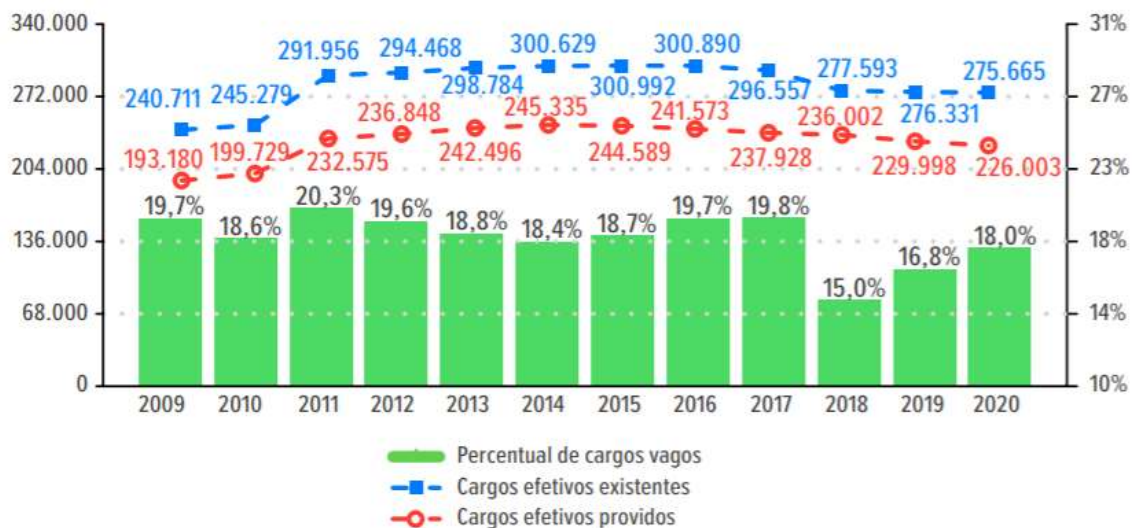


De acordo com o CNJ em números de 2021 (análise de 2020), o Estado do Paraná é o 4º maior TJ do país, e está entre os 5 que são considerados de porte grande:

Tabela 1 - Classificação dos tribunais da Justiça Estadual segundo o porte, ano-base 2020

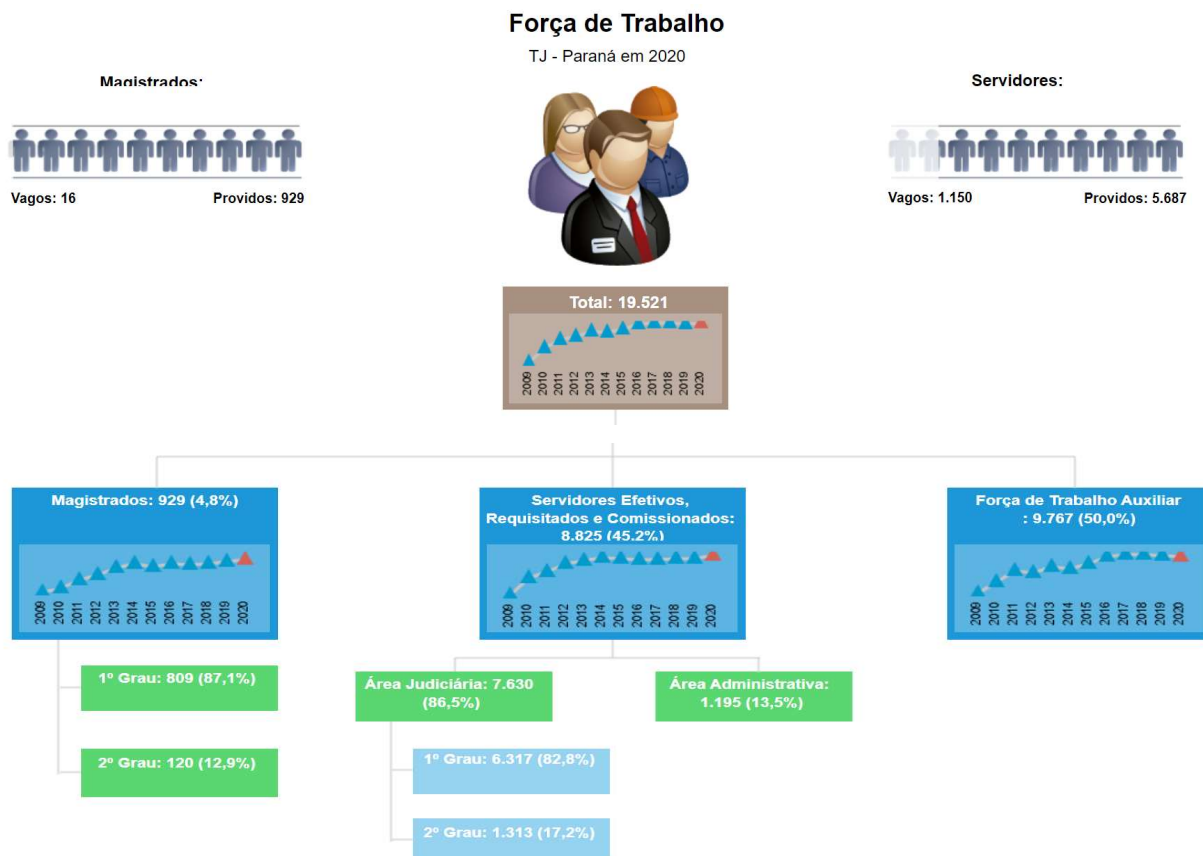
GRUPO	TRIBUNAL	SCORE*	DESPESA TOTAL	CASOS NOVOS	CASOS PENDENTES	MAGISTRADOS(AS)	SERVIDORES(AS)	
1º Grupo: Grande Porte	1	TJ - São Paulo	4,318	12.088.192.307	4.456.839	19.432.935	2.620	65.179
	2	TJ - Minas Gerais	1,140	6.396.561.674	1.428.480	3.940.277	1.085	27.334
	3	TJ - Rio de Janeiro	1,086	4.629.690.694	1.461.530	7.897.304	877	24.629
	4	TJ - Paraná	0,599	2.723.588.046	1.281.624	3.754.090	929	18.592
	5	TJ - Rio Grande do Sul	0,508	3.813.727.897	1.095.931	3.035.797	759	16.603

Por fim, é importante registrar que, embora se afirme que há um excesso de bacharéis em Direito no Brasil, o Poder Judiciário possui um déficit de aproximadamente 20% de cargos, de acordo com o CNJ, 2021:



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

No âmbito do Estado do Paraná, estado em que se encontra o Centro Universitário Campo Real e o curso de Direito de Irati, especificamente, há um contingente de força de trabalho, segundo o CNJ, de 6.837 cargos efetivos, distribuídos em 161 comarcas. Do ano de 2009 até 2020, de acordo com o CNJ fora 19.521 pessoas trabalhando, distribuídas entre servidores efetivos, comissionados, magistrados e auxiliares:



Além dos 6.837 cargos atuais no TJPR², há ainda cargos comissionados e cargos auxiliares, o que soma quase 20.000 cargos, conforme demonstra o portal da transferência do TJPR, além dos magistrados:

QUADRO DE PESSOAL	Anual
TCefet – Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	6.837
Pessoal do Quadro Efetivo	
TPFet2º – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária de 2º grau	562
TPFetAe1º – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária Exclusiva de 1º grau	2.515
TPFetTR – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária de Turmas Recursais	27
TPFetAeJE – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária Exclusiva de Juizado Especial	519
TPFetAcJE1º – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária com Atuação Acumulativa no 1º grau e Juizado	1.021
TPFetAdm – Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Administrativa	1.039
Pessoal que ingressou por cessão ou requisição	
TPI2º – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área Judiciária de 2º grau	0
TPIAe1º – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área Judiciária Exclusiva de 1º grau	63
TPITR – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área Judiciária de Turmas Recursais	0
TPIAeJE – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área Judiciária Exclusiva de Juizado Especial	17
TPIAcJE1º – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área Judiciária com Atuação Acumulativa no 1º grau	106
TPIAdm – Total de Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na Área Administrativa	26

Cargos Comissionados:

Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo	
TPSV2º – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Judiciária do 2º grau	751
TPSVAe1º – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Judiciária Exclusiva de 1º grau	1.353
TPSVTR – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Judiciária de Turmas Recursais	58
TPSVAeJE – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Judiciária Exclusiva de Juizado Especial	193
TPSVAcJE1º – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Judiciária com Atuação Acumulativa no 1º grau	445
TPSVAdm – Total de Pessoal Comissionado sem Vínculo Efetivo na Área Administrativa	130

Cargos auxiliares, que ultrapassam 9.000:

Auxiliares	
TFAuxC - Total da Força de Trabalho Auxiliar – Conciliadores	1.003
TFAuxE – Total da Força de Trabalho Auxiliar – Estagiários	3.549
TFAuxL – Total da Força de Trabalho Auxiliar – Juizes Leigos	417
TFAuxSP – Total da Força de Trabalho Auxiliar – Serventias Judiciais Privatizadas	2.065
TFAuxT – Total da Força de Trabalho Auxiliar – Terceirizados	2.489
TFAuxV - Total da Força de Trabalho Voluntária	244

Há ainda os cargos ocupados em 2º grau, que somaram, no ano de 2000, mais de 6.000 cargos:

Cargos em Comissão	
CC2º – Cargos em Comissão Existentes na Área Judiciária do 2º Grau	1.020
CCTRJE1º – Cargos em Comissão Existentes na Área Judiciária do 1º Grau, nas Turmas Recursais e nos Juizados Especiais	3.414
CCAdm – Cargos em Comissão Existentes na Área Administrativa	124
Funções de Confiança	
FC2º – Funções de Confiança Existentes na Área Judiciária do 2º grau	469
FCTRJE1º – Funções de Confiança Existentes na Área Judiciária do 1º Grau, nas Turmas Recursais e nos Juizados Especiais	818
FCAdm – Funções de Confiança Existentes na Área Administrativa	980

Ou seja, apenas no âmbito do TJPR, são mais de 24.000 cargos, grande parte deles podem ser ocupados por profissionais de formação jurídica. Além disso, há a Justiça Federal, a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral, o Ministério Público, a Defensoria e as repartições administrativas, de âmbito municipal, estadual e federal. À título de exemplo, verificaremos o quantitativo de pessoal em alguns desses locais:

No MPPR³ são 778 para promotor de justiça, com a exigência de formação em Direito, 370 cargos efetivos que podem ser ocupados por pessoas que sejam formadas em

² <https://www.tjpr.jus.br/documents/31704/10722793/JUSTI%C3%87A+2020/28630200-06ff-d724-e1ec-0a04bc4faaa1>

³ <https://transparencia.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=39>

Direito e 1351 cargos em Comissão, ocupados, preferencialmente por bacharéis em Direito⁴:

Carreira: Membro do Ministério Público			
Cargos	Existentes	Ocupados	Vagos
(a)	(b)	(c)	(d)
Procurador de Justiça	108	107	1
Promotor de Justiça de Entrância Final	441	441	0
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária	99	99	0
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	82	80	2
Promotor Substituto	48	46	2
Total	778	773	5

Cargos Efetivos	Quantidade
Assessor Jurídico	28
Auxiliar Administrativo	126
Oficial de Promotoria	216

No âmbito do Ministério Público Federal são 95 cargos técnicos e 31 cargos de analista, além da existência de 85 cargos comissionados. No Tribunal Regional Eleitoral, do Paraná, são 834⁵ cargos efetivos e 603⁶ cargos em comissão ou de confiança. Além disso, os cargos existentes em âmbito do poder legislativo e poder executivo são diversos também, e, grande parte deles podem ser ocupados por bacharéis em Direito, pois o exercício do Direito sempre teve uma relação muito próxima com as demandas políticas, sociais e educacionais. A lista abaixo demonstra um quantitativo de funções expressivas que podem ser desempenhadas pelo bacharel, e, embora se trate de lista exemplificativa, demonstra, por si só, a abrangência da área jurídica para além do exercício da advocacia e do poder judiciário:

Secretarias do Estado e Município

Integrar Conselhos Estaduais e Municipais

Integrar departamentos Municipais e Estaduais

Unidades prisionais, Casa de Semiliberdade

⁴https://transparencia.mppr.mp.br/arquivos/File/dgp/2022/janeiro/2021_Cargos_em_Comissao_e_Funcoes_de_Confianca_Ocupados_e_Vagos.pdf

⁵ <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iv-a>

⁶ <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iv-b>

Centros de Socioeducação
 Procuradorias do Estado e do Município
 Cargos na Segurança pública
 Advocacia e Defensoria Públicas
 Advocacia privada

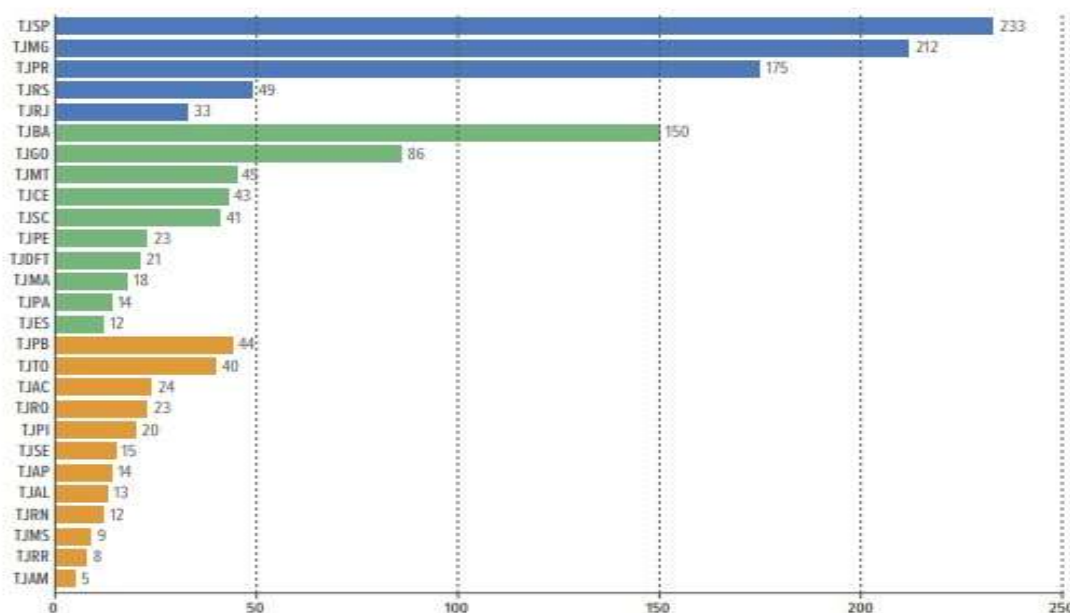
No que é pertinente ao TRT, o paraná está inserido no primeiro e maior TRT de porte médio (TRT 9):

Tabela 3 - Classificação dos tribunais da Justiça Eleitoral segundo o porte, ano-base 2020

GRUPO	TRIBUNAL	ESCORE*	DESPESA TOTAL	CASOS NOVOS	CASOS PENDENTES	MAGISTRADOS(AS)	SERVIDORES(AS)	
1º Grupo: Grande Porte	1	TRE - São Paulo	3,437	844.910.047	219.221	116.759	400	6.550
	2	TRE - Minas Gerais	2,437	656.976.812	198.949	100.852	311	3.895
	3	TRE - Bahia	0,835	286.085.778	104.339	52.957	205	2.258
	4	TRE - Rio de Janeiro	0,798	551.542.907	69.538	38.786	172	2.197
	5	TRE - Paraná	0,715	352.045.774	94.513	50.605	193	1.541
	6	TRE - Rio Grande do Sul	0,650	374.033.469	82.382	43.231	172	1.934

Nosso TRE é de porte grande, sendo o quinto maior do país. Durante o ano de 2020, em todo o Poder Judiciário, ingressaram 25,8 milhões de processos e foram baixados 27,9 milhões havendo um número de mais de 25 milhões de demandas por ano, o que demanda diretamente a atuação de profissionais. E além disso, o temos o 3º maior número de CEJUSCs do país, indicando a necessidade de um novo perfil profissional:

Figura 134 - Centros Judiciários de Solução de Conflitos na Justiça Estadual, por tribunal



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

NÚMERO DE VAGAS

O Centro Universitário Campo Real tem previsão de ofertar no curso de Direito 80 (oitenta) vagas anuais e leva em consideração que o campo de atuação do profissional formado em Direito é amplo, emergente e em transformação constante, exigindo um profissional em aprendizagem contínua, capaz de desenvolver ações estratégicas para a resolução de problemas, tomada de decisões na sua área de competência.

Ao planejar o curso de Direito no Centro Universitário Campo Real foram levadas em as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para a área, a LDB, os pareceres pertinentes da OAB, do CNE e a legislação educacional correlata. Para tanto, ao definir o número de vagas ofertadas no curso, o NDE se fundamenta e fundamentará em fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que demonstrem a adequação do quantitativo de vagas à dimensão do corpo docente e às condições de infraestruturas física e tecnológica para o ensino.

O número de vagas deve garantir a melhor distribuição possível dos alunos nas IES, com intervenções necessárias na infraestrutura física, entre outras ações, para acomodar números crescentes de alunos e atender às características didático-pedagógicas do curso.

Desse modo, serão realizadas as seguintes as ações institucionais e do curso para análise do quantitativo de vagas:

- (a) acompanhamento constantemente o número de alunos de forma a otimizar o uso dos recursos pedagógicos e financeiros e da infraestrutura física e acadêmica da IES;
- (b) incorporação nos cálculos e projeções para os novos cursos dados como taxas de evasão/desistência, transferência e alunos repetentes;
- (c) garantia da melhor distribuição possível de alunos, com intervenções necessárias na infraestrutura física e em outras ações.

O NDE se valerá dos relatórios e documentos da CPA acerca do corpo docente e infraestrutura da Instituição, uma vez que esses dados são geridos eletronicamente e disponibilizados de forma estratificada para uso dos cursos. Além disso, será realizado, periodicamente a emissão de relatórios de acompanhamento do número de alunos ingressantes, trancamentos, transferências e evasão. Ademais, serão realizadas reuniões

periódicas com a gestão administrativa da IES para alinhar as demandas relacionadas à ampliação de infraestrutura.

Neste momento inicial do curso, o Núcleo Docente Estruturante, tendo os insumos com base qualitativa e quantitativa das pesquisas realizadas pela CPA, que auxilia na gestão dos cursos, buscou entender a situação atual do curso que se planeja oferecer para saber quais são as expectativas da sociedade em que a instituição está inserida, os problemas da oferta da educação em relação à taxa de evasão, procura, empregabilidade, condições de oferta, dentre outros. Por isso é fundamental o trabalho do NDE do curso na busca de insumos que sustentem a justificativa da oferta.

Espaço Físico

O Centro Universitário campo Real Campus Irati conta com os espaços descritos a seguir, os quais comportam todos os alunos:

1. BIBLIOTECA

A biblioteca está situada no piso térreo, possui 72 m² aproximadamente, possui em anexo um espaço para estudos com 22 m², totalizando assim 94 m² destinados ao acerto, consulta e estudos individual e coletivo. Possui ótima ventilação, iluminação e acústica que necessita o espaço físico. Possui 3 computadores para acesso ao sistema da biblioteca, consulta e pesquisa, 1 específico para acessibilidade com recursos tecnológicos. É dotada de espaços para estudos individuais e permite estudos em grupos. A manutenção e expansão, assim como o plano de contingência está disponível em documento elaborado pela equipe gestora do setor. A Biblioteca é um espaço amplo e que permite a consulta tanto da bibliografia disponível na forma física, quando na digital. Possui internet liberada, de acordo com a LGPD, via wifi. Estão disponíveis para os funcionários um computador que permite o trabalho pleno.

2. AUDITÓRIO

O auditório possui no total 121 m², sendo que 35 m² é destinado para o palco. O espaço é dotado de ventilação, iluminação e acústica adequados para eventos com maior número de pessoas, como palestras, simpósios e demais atividades que necessitem de um grande espaço. A capacidade é de 100 pessoas sentadas confortavelmente. Possui acessibilidade para cadeirante,

assim como espaços reservados para outras necessidades especiais. Possui sistema de som e internet via cabo e wifi, liberados e de acordo com a LGPD.

3. NTI – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

O NTI é um espaço de 8,8 m², onde nele estão concentrados os trabalhos de manutenção da internet, computadores, assim como todos os equipamentos tecnológicos. Ele possui mobiliário adequado para as funções do responsável pelo setor. São contratadas duas bandas de internet via fibra óptica, sendo uma da COPEL com velocidade de ... MB e outra da Brasil Fibra com velocidade de ... MB. Onde no plano de contingência do setor está disponível como estão distribuídas as redes e também o suporte para tudo o que envolve o setor.

4. CENTRAL DE ATENDIMENTO UNIFICADO – CAU

A Instituição unificou os serviços de Secretaria Acadêmica e Financeiro, chamando o setor de Central de Atendimento Unificado – CAU. Espaço com 30 m², destinados a serviços de secretaria geral, secretaria de pós-graduação e o setor financeiro. Possui um espaço reservado para atendimento individual. Dotado de recursos tecnológicos com computadores com internet e sistema operacional de gestão acadêmica da TOTVs, impressora, material de apoio aos docentes, discentes e técnicos-administrativos, guarda de documentos de secretaria acadêmica e a digitalização deles. O espaço é dotado de ventilação, iluminação e acústica adequados ergonomicamente para o atendimento pleno e acessível.

5. CENTRAL DO ALUNO

A Central do Aluno é um espaço com 10 m², onde permite o atendimento de candidatos, alunos, docentes e comunidade externa. É um espaço que permite o atendimento individualizado e reservado. Dotado de computador com acesso à internet e ao sistema acadêmico TOTVS, com acessibilidade e atendendo as exigências ergonômicas.

6. SALA DA DIREÇÃO DE CAMPUS

A Sala de Direção de Campus possui um espaço de aproximadamente 19 m², com mobiliário para o trabalho do Diretor de Campus no atendimento de suas funções e permite reuniões com discentes, docentes, técnicos-administrativos e comunidade externa

em geral. Possui acessibilidade e está localizada em piso térreo no centro da instituição para facilitar o acesso ao Diretor.

7. ELEVADOR

A instituição possui elevador, com 5,5 m², para dar acesso do piso térreo ao piso superior, assim possuindo acessibilidade plena em todos os espaços destinados aos envolvidos com a educação, docentes, discentes, técnicos-administrativos e comunidade em geral.

8. CANTINA

A cantina da Instituição é um serviço terceirizado, porém passa por avaliação junto à Comissão Própria de Avaliação – CPA, para avaliar seus serviços prestados e propor melhorias contínuas para atender as necessidades tanto dos alunos, colaboradores e abertos à comunidade em geral. É um espaço com 13 m² dotados de acessibilidade.

9. ÁREA DE CONVIVÊNCIA

A Instituição possui uma área de 90 m² aproximadamente destinados a convivência. Dotado de acessibilidade o espaço permite que as pessoas possam descansar ao ar livre, com bancos confortáveis, área verde e com acessos fáceis as edificações. Está em piso térreo e possui total acessibilidade.

10. SALA DOS PROFESSORES

A sala dos professores está localizada no piso superior, dotado de acessibilidade através de elevador, possui aproximadamente 50 m², com mobiliário adequado para que os docentes tenham espaços para guarda de materiais com segurança, com armários com chaves, escaninho nomeados para guarda de outros materiais, suporte através de uma pessoa responsável pelo apoio ao docente e coordenações com computador e impressora. Possui computador para uso coletivo dos professores com acesso à internet, além da internet liberada via wifi com rede exclusiva para os professores. A sala possui mesa com cadeiras para reuniões, sofá para o descanso, disponibilidade de café, leite, chá e água, com descarte consciente de copos e anexo à sala, possui o acesso a sala dos coordenadores.

11. SALA DOS COORDENADORES

A Sala dos coordenadores está anexa à sala dos professores, onde cada coordenador possui uma sala individual que permite o atendimento individualizado e reservado, com aproximadamente 5 m². Possui computador à disposição da coordenação com acesso à internet e ao sistema acadêmico. Há armário com chave para guarda de documentos do curso com segurança. Permite que a coordenação do curso atenda discentes, docentes e comunidade em geral de forma reservada.

12. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A Instituição possui 7 banheiros em toda a edificação, sendo: Dois banheiros no piso superior, cada um com 15 m², sendo um masculino e outro feminino, ambos com acessibilidade; Dois banheiros no piso térreo, cada um com 15 m²,

sendo um masculino e outro feminino, ambos sendo banheiros para atendimento familiar com trocador de fraldas e com acessibilidade. Anexo à biblioteca, são mais 3 banheiros no piso térreo, sendo dois com 5 m², um masculino e outro feminino e outro com aproximadamente 3 m² para PCD.

13. SALAS DE AULA

No total, são 12 salas de aulas, com configurações e tamanhos diferentes, porém todas com acessibilidade, atendendo as questões ergonômicas de ventilação, iluminação e acústica, com acesso à internet via cabo para o docente e via wifi – com rede específica para docente e outra liberado para os discentes, atendendo à LGPD. Possuem limpeza diária e manutenção periódica para manter um ambiente adequado e agradável para as atividades propostas, além de manutenção quando houver demanda. Descrição das salas:

Piso Térreo:

Sala 101 – 58 m²

Sala 102 – 58 m²

Sala 103 – 56 m²

Sala 104 – 30 m²

Piso Superior:

Sala 201 – 71 m²

Sala 202 – 58 m²

Sala 203 – 56 m²

Sala 204 – 30 m²

Sala 205 – 56 m²

Sala 206 – 40 m²

Sala 207 – 45 m²

Sala 208 – 46 m²

14. SALA DE DEPÓSITO DE MATERIAIS DE LIMPEZA

Sala com 10,3 m², para guarda de materiais de limpeza com segurança, adequados com mobiliário específico.

15. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O laboratório de informática possui aproximadamente 30 m², está localizado em piso superior, com acessibilidade através de elevador. Possui bancadas com 20 computadores conectados à internet por via cabo e espaços para que os alunos possam trazer seus notebooks e conectar à internet via wifi. Possui cadeiras giratórias que permite melhor locomoção, espaço reservado para cadeirante. É dotada de boa ventilação natural, iluminação e acústica. Nesse espaço podem ser desenvolvidos trabalhos individuais e/ou em grupos pelos alunos, previamente agendados junto ao responsável pelo NTI, disponível em todo o tempo de funcionamento da Instituição. Para as aulas práticas das disciplinas que preveem seu uso, são realizados agendamentos de acordo com a programação da disciplina realizada pelo docente. Há um plano de contingência e atualização de equipamentos tecnológicos elaborado pelo setor responsável para o atendimento das necessidades dos alunos e docentes, assim como prevista a revisão periódica para a atualização e manutenção, essa última também há a previsão de acordo com a demanda.

16. LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE

O laboratório de inovação dará suporte a todas as disciplinas do curso de Engenharia Civil, onde os acadêmicos poderão utilizar equipamentos de realidade virtual e robótica.

17 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

O Escritório de Prática Jurídica é o laboratório da Prática Jurídica do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real. Este “laboratório” atenderá à população da Comarca de Irati após a realização de triagem socioeconômica por Assistente Social.

Composto as Práticas Jurídicas, o Estágio Supervisionado está inserido nos 7º e 10º períodos do Curso de Direito e será realizado sob orientação do Professor de Estágio Supervisionado e supervisão da Coordenação das Práticas Jurídicas. É de caráter obrigatório, se realizará mediante a frequência ao escritório de prática jurídica, comprovação documental da realização de atividades específicas definidas semestralmente, tais como, entrega de relatórios, atendimentos jurídicos no EPJR, participação em práticas de conciliação, mediação, arbitragem e de justiça restaurativa, além da elaboração de petições e acompanhamento de processos e audiências.

Junto do Escritório de Prática Jurídica funcionará o Centro de Mediação e Arbitragem e Práticas Restaurativas do Centro Universitário Campo Real Campus Irati. O Centro de Mediação prestará atendimento a todas as demandas que tenham optado pela resolução de conflitos através do uso deste instrumento. As práticas restaurativas estão sendo realizadas em processos judiciais, através de convênio entre o Centro Universitário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, já na Comarca de Guarapuava – PR e se pretende estender esse convênio para a Comarca de Irati, envolvendo todos os profissionais voluntários que tenham participado das capacitações para facilitador.

O NOVO ENSINO MÉDIO

A secretaria estadual da Educação e do Esporte vai implementar em 2022 o projeto Novo Ensino Médio, onde o estudante terá de escolher um itinerário formativo de acordo com seus interesses e aptidões. Para fazer essa escolha de maneira consciente, ele contará com um componente curricular chamado Projeto de Vida, que vai ajudá-lo a identificar suas habilidades e preferências, além de prepará-lo para alcançar seus objetivos acadêmicos e profissionais.

Durante as aulas do Projeto de Vida o estudante vai desenvolver habilidades e receber apoio para pensar sobre seus sonhos e objetivos. Dessa maneira, ele estará mais preparado para optar por um itinerário formativo, que pode abranger uma ou mais das quatro áreas do conhecimento (Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Sociais; e Linguagens) ou uma formação técnica ou profissional.

De acordo com o projeto, o professor atuará como um mediador entre os estudantes e suas expectativas, auxiliando na construção das dimensões profissional, cidadã e pessoal de cada um. Essa orientação acontecerá, por exemplo, por meio de reflexões e atividades sobre o mundo do trabalho e as possibilidades de atuação

profissional, incluindo conversas sobre carreira, emprego, renda, empreendedorismo e inovação.

Haverá, ainda, atividades que abrangem o desenvolvimento de aspectos físicos, cognitivos e emocionais dos estudantes, incluindo a construção da sua identidade pessoal a partir do reconhecimento de suas características e seus interesses. Também serão trabalhados conceitos de cidadania, com orientações relativas aos comportamentos sociais e aos valores éticos necessários à vida em comunidade.